

Crise no setor financeiro expõe importância da informação confiável

Por Martha Imenes

A liquidação extrajudicial do Banco Master, decretada pelo Banco Central em novembro de 2025, desencadeou uma reação em cadeia: em apenas dois meses, instituições ligadas ao grupo foram alvo de intervenção e/ou pedido de recuperação judicial, como no caso do Banco Fictor, que fez oferta de compra de carteira do Master e pouco mais de 2 meses depois pediu recuperação judicial. Os episódios acenderam o alerta entre consumidores e investidores, que precisam redobrar a atenção diante de notícias sobre o sistema financeiro.

Especialistas reforçam que, em momentos de turbulência, diferenciar alertas reais de fake news é crucial para proteger o patrimônio. Nem toda manchete alarmista reflete a realidade de uma instituição. Há ferramentas oficiais e indicadores públicos que permitem avaliar a saúde financeira de um banco em atividade no Brasil.

O primeiro passo é desconfiar de ofertas fora da realidade de mercado. Por exemplo: a) rentabilidade fora do padrão; b) bancos

Liquidação do Master levou à derrocada de instituições, entre elas, a Fictor, que havia feito oferta de R\$ 3 bi para comprar carteira do banco liquidado pelo BC

pequenos oferecem taxas maiores que bancos grandes e de baixo risco, c) instituições em dificuldade podem oferecer taxas muito acima da média do mercado para captar recursos rapidamente; d) retornos extraordinários quase sempre vêm acompanhados de maior risco.

Para finalizar, no caso de CDBs, a taxa máxima recomendada está em 115% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Para se ter uma ideia, o Banco Master oferecia taxas de 140% do CDI.

Entenda o que o FGC cobre e o que são as siglas do mercado

Para quem investe, é fundamental confirmar se o banco é coberto pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), que garante até R\$ 250 mil por Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O fundo cobre contas correntes e poupança, CDB e RDB e as letras financeiras LCI, LCA, LC, LH e LCD. E deixa de fora CRI e CRA.

Sopa de letrinhas

- CDB (Certificado de Depósito Bancário) - é um título de renda fixa privado emitido por bancos para financiar suas atividades.

- RDB (Recibo de Depósito Bancário) - é um investimento de renda fixa privada de baixo risco, emitido por bancos, financeiras e cooperativas de crédito.

- LCI (Letras de Crédito

Imobiliário): títulos lastreados em operações de crédito do setor imobiliário (financiamentos habitacionais).

- LCA (Letras de Crédito do Agronegócio): títulos voltados para o financiamento do setor agrícola e cadeia produtiva do agronegócio.

- LC (Letra de Câmbio): título emitido por financeiras (e não bancos) para captar recursos.

- LH (Letra Hipotecária): título de renda fixa ligado ao setor imobiliário, mas lastreado especificamente em hipotecas.

- LCD (Letras de Crédito do Desenvolvimento): títulos emitidos por bancos de desenvolvimento autorizados.

- CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários): capta recursos para o mercado imobiliário.

- CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio): capta recursos para o setor agrícola.



BC decretou a liquidação extrajudicial do Banco Master e suas controladas em novembro de 2025

Como checar as informações

■ Verifique a autorização do Banco Central: o primeiro passo é confirmar se a instituição está registrada e supervisionada pelo BC. Bancos não autorizados não podem operar no país.

■ Consulte bases oficiais de dados

■ Central de Demonstrações Financeiras (CDSFN), no site do BC.

■ Banco Data, que organiza indicadores com sinalização de risco.

■ Sites de Relações com Investidores (RI), obrigatórios para instituições autorizadas.

■ Analise indicadores de solidez

■ Índice de Basileia: mínimo de 11% no Brasil; acima de 15% é considerado confortável.

■ Lucro líquido recorrente: mostra consistência na gestão.

■ Inadimplência da carteira de crédito: índices elevados indicam risco.

■ Rating de crédito: notas de agências como Moody's, S&P e Fitch.

Não é possível prever com exatidão se um banco será liquidado, mas alguns indícios ajudam:

■ Queda contínua do Índice de Basileia;

■ Prejuízos recorrentes nos balanços;

■ Rebaixamento de rating;

■ Notícias sobre investigações ou intervenção;

■ Ofertas agressivas de captação;

■ Entrada em regimes especiais do Banco Central, como o Regime de Administração Especial Temporária (Raet).

No caso do Will Bank, liquidado recentemente, o Índice de Basileia estava negativo em 5,3% em junho de 2024. O Índice de Imobilização estava negativo em 1,9% na mesma data, mesmo com lucro líquido de R\$ 55,5 bilhões.

Instituições que foram liquidadas

■ Banco Master S.A. (Instituição principal)

■ Banco Master de Investimento

S.A. Banco Letsbank S.A.

■ Master S.A. Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários

■ Banco Master Múltiplo S.A.

■ CBSF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (anteriormente Reag Trust)

■ Willi Financeira S.A. (WHBank): braço digital comprado pelo Master em 2024, que teve a liquidação decretada após o banco não honrar pagamentos.

Recuperação judicial

* Banco Fictor: pouco mais de dois meses após anunciar um aporte de R\$ 3 bilhões para a compra do Banco Master, o Grupo Fictor protocolou pedido de recuperação judicial no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), evidenciando o rápido desgaste da operação que pretendia marcar sua entrada no setor bancário. A instituição agora é alvo da Polícia Federal por suposto crime financeiro.

Caso Master reforça o papel do Banco Central

Os desdobramentos da liquidação do Banco Master evidenciaram a função do Banco Central como autoridade responsável por preservar a estabilidade do sistema e garantir relações transparentes no mercado.

Segundo Fabio Coimbra, professor da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap), a supervisão da autarquia se divide em dois eixos: o prudencial, que avalia a solidez das instituições e sua capacidade de honrar compromissos, e o de conduta, voltado para a integridade e o tratamento justo dos clientes.

"A atuação do Banco Central transcende a gestão da taxa de juros (Selic). Ela sustenta a estabilidade do sistema e o regular funcionamento do mercado, pilares essenciais para a confiança pública", explica.

O professor da Fecap explica ainda que o BC atua sobre bancos, cooperativas e instituições de pagamento, enquanto fundos de investimento e mercado de capitais



O BC é a autoridade responsável por preservar a estabilidade

ficam sob a alçada da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). "Em casos de risco severo, pode intervir com regimes de resolução, como a liquidação extrajudicial", pontua.

Autonomia

A Lei Complementar nº 179/2021 garantiu autonomia operacional e mandatos fixos para a diretoria, mas o debate sobre autonomia plena segue em pauta. Para Coimbra, ampliar essa indepen-

dência é essencial para fortalecer a credibilidade da instituição.

Na prática, os efeitos são diretos: estabilidade monetária preserva o poder de compra, supervisão prudencial aumenta a confiança nos depósitos e a eficiência dos sistemas de pagamento reduz custos.

"Um Banco Central robusto e com governança clara é peça essencial para mitigar riscos e preservar a confiança na moeda e no sistema financeiro", conclui o especialista.